



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ROBERTO TRIPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26/11/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Na qualidade de membro da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 28ª audiência pública de 2013, 12ª audiência pública sobre os Projetos de Lei 694/2013, Plano Plurianual 2014-2017, e 695/2013, Orçamento 2014, 6ª e última audiência regional.

Esta audiência tem como objetivo facilitar a participação da população da região central, comprometendo a Subprefeitura da Sé. O calendário contendo as informações sobre as demais audiências está disponível no portal da Câmara Municipal de São Paulo, *link* Orçamento 2014. A íntegra da transcrição desta audiência pública também estará disponível no portal, no *link* Audiências Públicas - Registro Escrito.

Informo que as inscrições para pronunciamentos devem ser feitas junto à secretaria da Comissão. Também estão disponíveis formulários para encaminhamento de solicitações por escrito.

Foram convidadas para participar desta audiência pública as seguintes autoridades: Sr. Maurício de Gois Dantas, Subprefeito da Sé; Sr. Nivaldo Carneiro Júnior, Supervisor Técnico de Saúde; Sra. Maria Khadiga Saleh, Diretora Regional de Educação Ipiranga, que abrange a região da Sé; Vereador Laércio Benko. Muito obrigado pela presença de todos.

Quem participou da outra audiência pública levante a mão. (Pausa) A maioria. Na reunião passada nós fizemos uma apresentação do orçamento. Conforme a gente acordou naquela audiência, como teve um problema com a agenda do subprefeito, a gente traria o subprefeito para um diálogo a partir das necessidades, das preocupações dos moradores da região central.

A minha sugestão é abrir as inscrições, cada um ter três minutos para colocar ou recolocar as suas preocupações, abrir para o Subprefeito fazer as suas considerações e, depois dessas falas, eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento. Pode ser assim? (Pausa) Então vamos lá. Peço à assessoria que traga as inscrições.

Sr. Laércio, o senhor vai falar em nome de quem?

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não, não. Hoje não, porque o senhor já falou ontem.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Já foi feita. O senhor estava presente. É que o senhor deve ter cochilado. As Notas Taquigráficas registram a apresentação. Se o senhor perguntar aqui, todo mundo viu. Quer ver. Sr. Laércio, muito obrigado.

Quantas bitucas de cigarro são jogados nas ruas da cidade de São Paulo por ano?

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Setenta e cinco milhões de bitucas são jogadas semanalmente. Então quero pedir para os fumantes que não joguem bitucas nas ruas, porque 75 milhões não é um número pequeno. Muito obrigado, Sr. Laércio. Queria dizer que o Sr. Laércio não está inscrito hoje.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não, senhor. As inscrições já encerraram.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O senhor não ouviu de novo. Já começou e já encerrou.

Vamos lá, inscritos: Sr. Artur Monteiro, Ação Local Ladeira da Memória; Yara Góes, Ação Local Amaral Gurgel, da Vivo Centro; Carlos Bauer, Caminhada Noturna; Rafael Vitoriano. São esses? Não tem mais ninguém?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Calma, não encerrou ainda. Exceto para o Sr. Laerte Brasil.

Vamos iniciar as falas, primeiro com o Sr. Artur Monteiro, por três minutos. Sempre vou ser tolerante, na medida do possível. O senhor pode usar o microfone onde quiser.

O SR. ARTUR MONTEIRO - Boa noite a todos, à mesa e aos que nos acompanham pela TV. Fiz um resumo para vocês sobre o panorama da região central. Antes da fala, eu reafirmarei o que disse anteriormente: Executivo e Legislativo precisam falar a mesma língua. O Orçamento não reflete o Plano Diretor, por conta disso estamos aqui hoje debatendo de novo o Orçamento.

Enquanto que o Plano Diretor vai transformar a região central num grande caos e trazer de novo as moradias para a região central, o Orçamento não contempla isso.

Fiz um resumo para passar para vocês dos itens que precisamos e que acho são - fora todo o Orçamento que não tem verba - os mais importantes: um CEO na região central; construir mais CEIs, hoje há 621, na região da Sé só tem 17; mais EMEIs; um hospital, porque na região central só tem dois: o Hospital Menino Jesus Infantil e o Hospital do Servidor. O mais próximo está na Mooca, temos de andar seis quilômetros.

Será construído um hospital em...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - São três regiões, Sapopemba, não. Um na zona Leste II, um na zona Norte, e um na zona Sul.

O SR. ARTUR MONTEIRO - Parelheiros, Brasilândia e Vila Matilde. O hospital da Brasilândia é perto de Parelheiros seis quilômetros.

Também precisamos de mais UBSs e, por fim, CAPs. Fora que discordo do Orçamento nos outros itens. Verba para a Câmara: sou contra a reforma da Câmara Municipal, porque são 150 milhões de verba para reforma e nós temos apenas 15 milhões para a reurbanização da região central. A Câmara tem 10 vezes mais a nossa verba.

Não tivemos ainda acesso à planta da reforma do Vale do Anhangabaú, da Bacia do Córrego, nem tão pouco à verba das obras dos esportes radicais que serão feitas. Isso é

importante para saber o que vai ser feito, porque são verbas altas. São 200 milhões para a parte do corredor da Bacia do Córrego.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Com a palavra a Sra. Yara Góes, da Ação Local Amaral Gurgel da Associação Viva o Centro.

A SRA. YARA GÓES - Boa noite a todos. Sou da Ação Local Amaral Gurgel e o assunto é inclusão de verba no Orçamento para colocação de janelas antirruído no Minhocão. Gostaria de apresentar três alternativas para eliminar ou minimizar o ruído no Minhocão, bem como as respectivas verbas e a solução que achamos mais viável.

A primeira alternativa seria a colocação de um túnel acústico feito de aço e vidro sobre o Minhocão, como existe na Coréia e na Europa para eliminar o ruído da rua, pois se colocássemos uma barreira de som os prédios altos ficariam sem proteção. O túnel acústico traria benefício para as pessoas que moram e trafegam ali, além disso, os carros poderiam circular 24h, pois não faria ruído na rua e acabaria com o problema das enchentes dentro do túnel. O custo aproximado dessa obra seria de 36 milhões de reais, cálculo feito pela Brascustica dependendo do material a ser utilizado.

A segunda alternativa seria a colocação de janelas antirruído e poluição. Nesse caso temos de tratar acusticamente a caixa da persiana e, em alguns casos, pode ser instalada uma janela acoplada de reposição. O custo aproximado seria de 15 milhões de reais, se colocássemos numa faixa de 250 prédios.

O mais correto seria tratar a fonte do ruído com a colocação do túnel em vez do receptor, que seriam as janelas, pois com o túnel se consegue uma melhora ambiental no exterior e não apenas nas residências, que deveriam ficar com as janelas fechadas para evitar o barulho.

A terceira alternativa seria a demolição do Minhocão, construindo-se uma via alternativa na região Leste-Oeste.

Por isso, as melhores soluções para eliminar o ruído seriam a construção do túnel acústico de aço e vidro ou a derrubada do Minhocão - que não seriam feitos agora. E como precisamos de uma solução urgente, optamos por solicitar neste momento janelas antirruído e poluição que serão rápidas de serem instaladas com o menor custo.

Por esse motivo solicitamos que seja contemplada uma verba de 15 milhões de reais no Orçamento, de 2014 a 2017, para a colocação de janelas antirruído e poluição nos condomínios ao longo do Minhocão, cujo índice de ruído varia de 80 a 108 decibéis, causando inúmeros problemas de saúde aos moradores. Essas janelas antirruído e poluição devem ser pagas pela Prefeitura, que é o agente causador, assim como o Aeroporto de Congonhas paga para os prédios ao redor.

Gostaríamos de uma resposta a essa solução de inclusão de verba no Orçamento, mesmo que tenhamos uma verba um pouco menor, já será o início de uma solução para uma situação inaceitável.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado Sra. Yara. O próximo orador é o Sr. Carlos Beutel. Nessa fala, encerraremos as inscrições. Estão inscritos os Srs. Rafael Vitorino, Laerte Brasil, Maria José Teixeira Rosa, Wilson Elias Almeida, Douglas Teodoro e Fabio Fortes.

Com a palavra o Sr. Carlos Beutel.

O SR. CARLOS BEUTEL - Sr. Subprefeito, prazer em vê-lo. Quero mencionar um assunto que está no Orçamento da Subprefeitura que são 199 milhões e 564 mil reais para contenção de enchentes. Temos procurado para saber de onde tiraram esse número. Um grupo do Fórum do Centro e eu, junto com um professor da USP, realizamos um estudo sobre o assunto e ali está escrito contenção de enchentes.

O Vereador até contestou dizendo onde eu estava vendo piscinão, porque falei em piscinão.

É lógico que eles prevêm um piscinão, mas no estudo que fizemos, o piscinão é algo já ultrapassado como o piscinão das Bandeiras e da Praça 14 Bis.

Então essa área é toda permeabilizada, ali, no vale do Anhangabaú. E, para lembrar, o vale Anhangabaú começa na encosta da Paulista, do lado de cá, vai até a avenida Liberdade, de um lado, e até a Consolação, de outro. São 500 hectares de área. Foi reservado 199 milhões e acho que a última informação - conseguida pelo Artur - é que está no USP um estudo e, lógico, foi encomendado pela Prefeitura e não vai ser entregue para qualquer um, mas para a Prefeitura.

Esse é um assunto que temos de retomar enquanto cidadão da Subprefeitura, pois com 199 milhões podemos fazer uma permeabilidade e uma reurbanização dessa área toda, sendo que ainda sobrar dinheiro.

O Orçamento não está escrito na pedra, até porque não será gasto tudo em 2014. Podemos, inclusive, todo ano, retomar o assunto. Para isso, teremos um grupo de estudos para o qual queremos convidar a todos. Quem desejar participar: segunda-feira, às 6h da tarde, na rua Dom José de Barros, 99. Esse assunto do Orçamento é um assunto que a sociedade tem de acompanhar ao longo de anos.

Outro assunto que gostaria de mencionar é sobre o parque de esportes radicais, no Centro, para o qual estão reservados 27 milhões. Temos uma experiência devastadora na praça Roosevelt. Ali está tudo quebrado. Aquele investimento de 50 milhões está quebrado, ninguém aguenta a praça Roosevelt. O Marcos Barreto foi lá, fez gestões, mas não teve coragem de fazer com que a Guarda Civil Metropolitana agisse com devido rigor. Teve medo de agir com rigor por causa da confusão. Mas ali o pessoal dorme e está toda quebrada a praça. Portanto, o parque de esportes radicais tem de ser repensado.

Um outro assunto importante, e vocês sabem que faço toda noite a caminhada noturna - são 450 caminhadas em nove anos - é sobre as fontes do Centro. Identifiquei 8

fontes. Pessoalmente empenhei-me junto ao Secretário de Cultura anterior, reformaram a da Júlio Mesquita, aliás, foi um prazer ver a inauguração da praça. Estive lá semana passada. Ainda está tudo no lugar, porque a sociedade conseguiu uma guarnição da Guarda Civil Metropolitana.

Pessoalmente estou empenhado ainda na reforma da fonte do Teatro Municipal, que é uma das mais bonitas do planeta Terra. São Paulo tem coisas realmente lindas. Enfim, temos 8 fontes e temos de repensar. Volto a dizer que não está escrito em pedra, são 8 fontes no Centro, que são uma preciosidade, e criam um ambiente agradável que é o que a Cidade merece: um centro acolhedor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Carlos. Depois deixe o horário que vocês fazem a caminhada.

Gostaria de informar que estão encerradas as inscrições. Estão inscritos, depois do Rafael, o Laerte, Maria José, o Wilson, o Douglas, o Fábio, a Marília, a Rita e o Marcelo. Três minutos para cada um, sempre avisarei ao faltar um minuto.

Tem a palavra o Sr. Rafael Vitorino, Movimento dos Moradores da Liberdade.

O SR. RAFAEL VITORINO - Cumprimento a Mesa, o nobre Vereador Paulo Fiorilo, o Subprefeito Dantas e aos presentes.

O planejamento que está sendo elaborado para a região central de São Paulo está equivocado em sua essência. Existe uma falsa ideia de que a infraestrutura urbana do Centro é melhor do que a infraestrutura da periferia.

Não há dúvida de que temos os melhores equipamentos da Cidade, mas se quisermos bons hospitais e boas escolas, e também boas universidades, temos de pagar caro por esses serviços, afinal, são todos oferecidos pela iniciativa privada.

Os equipamentos públicos que são efetivamente utilizados pela população não são suficientes e estão abandonados pelo Poder Público há muito tempo.

Essa situação só tende a se agravar com o contínuo aumento da população.

Por isso, entendo necessário pensarmos em novos investimentos. Defendo a construção de um CEU, na região do Glicério, precisamos devolver um pouco de dignidade às crianças e aos jovens que vivem num local degradado social e moralmente. Precisamos pensar em novas áreas verdes, muito mais do que recuperar o Parque Dom Pedro, é necessária a criação do Parque Augusta, que já é utilizado pela população. O poder público municipal precisa encontrar uma solução viável para evitar o fechamento do hospital Glória, já anunciado para o mês de dezembro. São mais de 600 atendimentos ambulatoriais diários e 700 operações ortopédicas por mês. Também não podemos concordar com projetos que não visam inverter a lógica da impermeabilização do solo. A construção de um piscinão na região central e está previsto no plano de metas que fala da construção de um reservatório para retenção na região central que foi estimado em mais de 168 milhões de reais é no mínimo retrógrada.

Também reputo como estratégia para a região central o estabelecimento da meta de 100% de coleta seletiva, com a separação do lixo em pelo menos três partes: materiais recicláveis, materiais orgânicos e rejeitos, também devemos estimular a compostagem. Essas demandas são prioridades absolutas e estratégicas para o Centro. Também devemos ter mais cuidado com os gastos públicos, pois não temos recursos para a revitalização da região central, mas foram destinados 148 milhões de reais para a construção, reforma e ampliação da edificação da Câmara Municipal. Também não temos recursos para a saúde, já que foram destinados apenas 44 milhões para a região central, ou seja, será menos de 26 reais por habitante/ano, mas estão previstos 96 milhões de reais para a confecção, instalação e manutenção de placas e logradouros, ou seja, uma inversão total de prioridades o que está acontecendo aqui em São Paulo, somente para a Sub Sé, sendo que para a Cidade toda chega a mais de um bilhão e 50 milhões de reais só para esse item.

Foram destinados apenas 3,5 milhões de reais para construção de unidades habitacionais, ou seja, menos de 20 mil reais por unidade. Imaginem construir uma unidade por menos de 100 mil reais, é impossível. Enquanto que para a construção de 25 quilômetros de

um único corredor de ônibus estão previstos mais de 162 milhões de reais, ou seja, fomos esquecidos pelo poder público municipal. Não podemos aceitar essa situação perversa de total descaso com a população que mora, trabalha, estuda e frequenta o Centro de São Paulo. não queremos tirar nada da periferia, aliás, essa distinção Centro/periferia para a população pobre de ambas regiões não tem o menor sentido, ambas sofrem integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL - Sou Presidente Mundial da União Global Seguridade do Trabalho Sustentável das Cidades e através do seu órgão de ação, que é a Federação dos Moradores Empreendedores da Regional Sé, saúdo a todos.

Vamos apresentar as ações que não foram contempladas no Orçamento. São elas: é a construção de 60 quilômetros de ciclovias, 15 quilômetros de pista de *cooper* e no Parque Augusta, a construção de um CEU e de um centro de excelência de esportes olímpicos para formar a criança e o adolescente em modalidades olímpicas. As Olimpíadas de 2016 está se aproximando e o que nós temos só aqui, na região Central de São Paulo, mais de 20 mil crianças e adolescentes usuários de droga; 1.200 adotados pelos traficantes e quase mais de 15 mil moradores de rua aqui na região Central.

Na Conferência de Saúde, apresentamos uma tese que era a construção de um hospital de referência, na área Central, com aproximadamente 800 leitos para atender tanto os munícipes da região Central e mais de 2 milhões de cidadãos que circulam durante o dia. Também, 10 mil moradias de interesse social.

Esta Casa, até agora, ficou omissa. O ex-Prefeito Gilberto Kassab roubou 16 bilhões do povo, através da máfia que ele implantou junto com o comparsa dele, o vice-Governador, e este governo frouxo, Geraldo Alckmin, também corrupto, que desviou mais de 25 bilhões do Metrô e do sistema de transporte do Estado. Só com o dinheiro roubado daria

para ter construído mais 100 quilômetros de Metrô e esta Casa ficou omissa, não apurou o roubo. Mas vou entrar com uma ação no Ministério Público Federal, porque estão me perseguindo.

Obrigado pela palavra. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vou sugerir que o senhor procure o Dr. Miguel, que é advogado.

Segunda, a Câmara tem uma CPI que está investigando o cartel do Estado. O senhor está convidado, só não pode falar.

Tem a palavra a Sra. Maria José Teixeira Rocha.

A SRA. MARIA JOSÉ TEIXEIRA ROCHA - Boa noite a todos.

Vou falar de coisas simples. A Praça da República, Vila Buarque, está totalmente abandonada. A Praça Rotary Club está totalmente abandonada - uma praça bonita, querida, mas que não tem valor de nada.

Gostaria também que alguém da Prefeitura tomasse conta da Praça da República porque é uma vergonha! Vou fotografar e vou jogar nas redes sociais: o Coreto da República, onde deveria ter shows, ginástica para idosos e para crianças, está entregue nas mãos dos moradores, dos mendigos, não sei quem é, que tomam banho naquela água e que estendem aquelas imundícies daquelas coisas horrorosamente sujas! Alguém tem que passar lá e olhar que é aquilo: um céu aberto de pessoas jogadas, cheirando mal e não tem ninguém para olhar e para rever aquilo para nós.

Eu não falo em dinheiro, em nada disso, porque todos falaram - e falaram muito bem -, porque é insuportável, é inadmissível saber que a região Sé ficou quase que fora do Orçamento, não é? Então... Mas eles já falaram, com toda a propriedade, e eu acho que não preciso falar nesse assunto.

Acho que é preciso rever moradores de rua na região central - não é na República - , é na região central: pega aquela 7 de Abril, pega toda a região. A Secretaria da Saúde, passa-se ali, durante o dia, é vergonhoso, não é, que Sr. João?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Um minuto.

A SRA. MARIA JOSÉ TEIXEIRA ROCHA - É vergonhoso a gente passar, porque há gente fazendo sexo na nossa frente, durante o dia. De vez em quando, chamo a Polícia, a GCM - o Sr. João também chama, nós chamamos -, e eles tiram aquele povo dali da Secretaria da Saúde.

E, no centro da República, há uma escola infantil e não tem nada, ali está todo mundo jogado. Eu não sei como é que ainda há aluno naquela escola. Há porque são muito escassas as vagas. Ali é apavorante de se chegar. Naquela escolinha, fui lá assistir à saída, as mães saem arrastando os filhos, e aqueles mendigos lá querendo avançar, tirar a bolsa, tirar não sei o quê. É vergonhoso o abandono do Centro da Cidade.

Agora, não sei onde que acham que o Centro está tão bom assim. Moro há 25 anos no Edifício Eiffel, pagamos um segurança particular para cuidar, para não deitarem na nossa calçada, e cuidamos do jardim. E já pedimos o levantamento da cerca e ninguém fez. Nós plantamos, trazemos um jardineiro, cuidamos, mas vêm os mendigos lá e dormem e fazem, daí, aquilo tudo.

Estou reivindicando que alguém tome conta da Praça da República e da Praça Rotary Club.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - OK.

A SRA. MARIA JOSÉ TEIXEIRA ROCHA - Podem ir lá para vocês verem e fotografarem, porque eu vou jogar na rede social a situação da República, especialmente o coreto e a água onde aquela molecada, aquele povo imundo, cai lá dentro e faz o que quer e ninguém vê, está certo?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Dona Maria José.

Sr. o Wilson Elias Almeida, do Polo Roosevelt. Vou avisar quando estiver faltando um minuto, Sr. Wilson.

Depois do Sr. Wilson, o Sr. Douglas.

O SR. WILSON ELIAS ALMEIDA - Senhoras e senhores, boa noite.

Eu, com o privilégio de falar entre os últimos, obviamente vou economizar muita coisa que já foi dita, mas, endossando, acho que me sinto envergonhado de estar aqui para dizer coisas que acredito que o Poder Público, no mínimo, tinha de olhar, através dos seus fiscais e das pessoas que trabalham nesse corpo, e que deveriam estar presente no meio da sociedade para observarem essas questões.

Acho lamentável que tenhamos de vir aqui e ocupar o tempo de pessoas para falar de buraco de calçada, de meliantes nas ruas e coisas assim, que é algo que é uma atribuição estatutária, regimental - ou qualquer que sejam esses documentos -, que isso é dever do Poder Público. Eles estão lá para isso.

A partir do mês de janeiro, passei a não frequentar muito mais essas reuniões porque comecei a concluir que não se chega a nada. Mas, como tenho uma pequena relação para falar em nome das pessoas que não puderam comparecer aqui hoje e que pertencem ao meu grupo, queria alertar para a questão do absoluto abandono da região central e, principalmente, de onde nós residimos, que é na região do Polo Roosevelt.

Sobre a verba destinada à Câmara, em comparação com as outras necessidades, não tenho nada dizer, porque é algo sem comentários: não é possível nem se discutir esse assunto.

O estacionamento da Roosevelt, que está até hoje abandonado, que era um estacionamento que funcionava muito bem - atendia uma grande demanda da região -, está esquecido, basicamente por um item: falta uma licitação. É uma vergonha.

Os quiosques da Praça Roosevelt, que poderiam criar ali um pequeno movimento e trazer, sem dúvida nenhuma, uma observação a mais, estão abandonados, sendo quebrados e pichados, aos olhos da GCM e dos fiscais da Prefeitura, e não é feito absolutamente nada, sendo que, para eles, basta apenas um papel dizendo: "Alguém pode usar".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Um minuto.

O SR. WILSON ELIAS ALMEIDA - Obrigado.

Com relação à fiscalização de calçadas, barulhos, cadeiras nas calçadas e tal, isso é um pecado discutirmos nesta plenária. Eventos não autorizados pela Prefeitura e absoluta falta de sensibilidade de quem autoriza eventos nas janelas e portas das pessoas, como já foi dito. Isso é só mais uma queixa. Estou me juntando a esse coro. As pessoas são tão obtusas que não sabem o que põe na praça e autoriza.

Também quero falar do descumprimento das leis. Eu acho que nós, cidadãos, temos de começar a partir para outro caminho porque essas pessoas estão ocupando postos e não estão fazendo nada. Fala-se de corrupção e tudo mais, mas infelizmente essas pessoas não estão fazendo o que deveriam e o dinheiro está desaparecendo ou indo onde não deveria. Devemos responsabilizá-los.

É isso que tenho a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Próximo é o Sr. Douglas Teodoro.

O SR. DOUGLAS TEODORO - Boa noite. Eu me represento. Não faço parte de nenhuma organização.

O Plano Diretor apresentado diz que tem como meta incentivar a vinda de população de baixa renda para morar no Centro por causa da diferença entre a quantidade de emprego que é oferecida e a quantidade de pessoas que residem aqui. Isso é uma mentira. Isso é uma contradição óbvia. Eu tive uma professora que disse que é sempre necessário reafirmar o óbvio.

O que o Plano Diretor faz, na verdade, é destruir a Lei de Zoneamento e abrir a cidade de São Paulo para a especulação imobiliária. Não existe nenhum aparelho social no Centro de São Paulo que esteja em plenas condições de atender quem já está aqui, quanto mais população de baixa renda. Todo o serviço oferecido no Centro de São Paulo é privado e é extremamente caro.

São Paulo está na condição de Lisboa antes do terremoto. Precisamos reestruturar completamente a Cidade. Tratá-la como se já estivesse pronta e a solução de todos os problemas fosse pretensamente trazer mais pessoas para cá, isso não vai solucionar nada, é só uma maquiagem para o verdadeiro objetivo deste Plano Diretor que vai ser aplicado através da Lei Orçamentária, que é entregar a Cidade para a especulação imobiliária.

O Parque Augusta precisa ser criado, já está lá em potencial com inúmeras pessoas da comunidade - chamada de microcomunidade pela Prefeitura -, só a região central tem mais população do que 50% dos municípios brasileiros. A Prefeitura defende que tem de vir mais gente para cá e, ao mesmo tempo, chama esta comunidade de microcomunidade. Não temos área permeável, não existe uma lei no Plano Diretor que diga que toda a construção nova tem de ter, no mínimo, 25% de área permeável. (Palmas)

O único foco do investimento é todo aquele que faça o bem para a população, não. Que consiga gastar o máximo de dinheiro possível na mão de construtora. São 150 milhões para a Câmara reformar o que já está muito bonito, acho que não precisa reformar de novo. 150 milhões para isso aqui? (Palmas)

Mais 150 milhões para piscinão que é uma construção que daqui a 10 anos vai estar com a capacidade entupida de novo. Vamos fazer o quê? Mais 150 milhões? Com 100 milhões a gente constrói 10 parques na região central e área tem. Só precisa ter vontade política e vergonha na cara para defender.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Próximo é o Sr. Fábio Fortes, Presidente do Conseg de Santa Cecília.

O SR. FÁBIO FORTES - Boa noite a todos. Uma cidade sem centro é uma cidade sem referência, e estamos perdendo a referência de uma cidade da dimensão de São Paulo, cujo centro vive momentos de absoluta degradação. Entra uma bandeira política, sai, entra outra, e perdemos pela continuidade de políticas públicas decentes para a área central de São Paulo. Vive-se o improvisado, uma cidade marcada com administração que trabalha com absoluto susto.

Na área central, temos os equipamentos de saúde, de educação, de creche, mas os investimentos são focados na área periférica da Cidade, não obstante o número muito expressivo de pessoas que moram em pensões e cortiços na área central de São Paulo. Então, os equipamentos de saúde, de creche, não atendem a demanda. Todos nós percebemos isso claramente.

Confesso que não fiz a lição de casa no sentido de identificar os números, de fato. Mas estarei muito atuante, junto a esse grupo, na fiscalização da aplicação desses recursos, haja vista que me parecem bastante expressivos por um lado e totalmente inexpressivos por outro lado.

Vejo equipamentos na área social, em convênio com ONGs, para manter a população em situação de rua, que viraram a grande vitrine do negócio dessas ONGs. Essa é uma realidade, que precisa ser dita. O Subprefeito Marcos Barreto esteve na nossa reunião de Conseg, quando ele admitiu que a população de rua, há 10 anos, era de aproximadamente 5.000 pessoas; hoje, passam de 15.000.

Ele disse: melhorou a renda, mas não melhorou nada a atuação do poder público no sentido de promover o desenvolvimento socioeconômico das pessoas que estão totalmente debilitadas e à margem desta Cidade.

Fui obrigado a fechar mais uma tenda na General Júlio Marcondes Salgado por absoluta falta de eficiência do Poder Público na promoção dessas pessoas que vivem em situação de misérias e que, na maioria das vezes, são utilizadas como palanques políticos na época das eleições.

Daqui a pouco, teremos de sair do centro de São Paulo, que estará todo ocupado pela população em situação de rua. Falta dignidade nesse orçamento para que possamos restabelecer as pessoas ao destino que merecem.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Sr. Fábio. Quero anunciar a presença do nobre Vereador Alfredinho.

Tem a palavra a Sra. Marília Fanucchi Ferraz.

A SRA. MARÍLIA FANUCCHI FERRAZ - Boa noite a todos. Eu gostaria de falar sobre uma questão muito importante: a saúde pública. Faz parte da saúde pública, cuidar do meio ambiente; caso contrário, teremos de gastar com hospital. Então, a prevenção é fundamental.

Na região da Sé, temos 1,34 m² de área verde por habitante. A Organização Mundial de Saúde estabelece que são necessários 12 m² por habitante.

Portanto, estamos num déficit muito grande, que gera problemas não só mentais, psicológicos, mas também problemas de saúde que afetam adultos e crianças.

Portanto, quando vocês vêm aqui e falam “eu não sou da região da Sé, eu sou do grupo de meio ambiente da Rede Nossa São Paulo”, e nós acompanhamos essas questões de falta de equipamentos públicos de um modo geral. Temos árvores que são cortadas ao longo das praças, para dar espaço para a população. Então penso que temos de ter a convivência dessas pessoas dentro dos espaços públicos com as árvores - não precisa cortar árvore. No Central Park não se corta árvore. Por que aqui se corta? Então temos de aprender a conviver com essas coisas, e temos de ter uma atenção maior para as áreas que já existem.

Existe uma área dentro da área dentro da área reservada para o Parque Augusta que é parque e que vai ser parque, independentemente do que venha a acontecer. Por que não barganhar? Barganhar não precisa. Por que não fazer uma troca, uma permuta com aquela outra área que já está extremamente degradada, a área toda daquela região, com um outro local, para que a Cyrela, Setin, seja lá quem for, construa, e a gente consiga ter um parque na totalidade? Por que isso não é feito? Há potencial. Falar que a cidade de São Paulo não tem dinheiro é um absurdo. Eu não tenho dinheiro; a cidade de São Paulo tem.

Podemos levar adiante algumas coisas e melhorar a qualidade de vida das pessoas, porque estamos no centro da cidade, e temos um problema seriíssimo de saúde pública.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. RITA - Boa noite a todos. Não pretendia falar nada hoje. Mas quando eu estava entrando, recebi esse resumo das ações previstas no PPA 2014-2017, e fiquei muito surpresa de ver que aqui tem projetos para várias áreas - social, saúde, habitação, educação, cultura -, mas não tem nenhum recurso previsto para a área ambiental.

Hoje de manhã tivemos mais uma audiência temática do Plano Diretor sobre o sistema ambiental urbano.

Foi colocado repetidamente a insuficiência de parques e praças na região central e a manutenção precária das praças existentes.

A relação área construída x área verde na região central é extremamente desequilibrada. Todo mundo sabe disso. E se vê aqui no Centro que falta área verde. E as que existem são muito mal cuidados. E isso priva os moradores de área de lazer e de convívio, além de prejudicar a saúde física, mental, emocional e psíquica de todas as pessoas que habitam o Centro e também de quem passa a maior parte do dia aqui.

As poucas áreas ainda livres no Centro são caras. E a tendência é que elas fiquem ainda mais caras. Mas se elas forem ocupadas por empreendimentos imobiliários, elas vão ser

definitivamente perdidas. Vai ser um processo irreversível. Não vamos ter como obter novas áreas na região central.

É preciso buscar formas, criar mecanismos e instrumentos que permitam à Prefeitura ter caixa para adquirir essas áreas e viabilizar esses novos parques na região central, revitalizando as praças existentes.

Em suma, é preciso incluir recursos no Orçamento para a área ambiental - já que nessa súmula que eu recebi não tem nada previsto - e ter vontade política. (Palmas)

O SR. MARCELO DELGADO - Boa noite a todos, sou arquiteto e urbanista, morador da região central. Vim falar também sobre a questão específica da inserção do Parque Augusta no orçamento. Espero que esse procedimento todo aqui não seja meramente cenográfico e que essa questão seja realmente levada a sério.

Na minha concepção a questão ambiental é necessariamente uma questão socioambiental. Então, por exemplo, quando as famílias invadem as regiões de mananciais é uma questão ambiental, elas não têm condições e o Estado tem de prover e ajudá-las a encontrar uma solução. Assim como quando milhões de pessoas têm de se movimentar pela cidade ao mesmo tempo e causam o caos, o dispêndio enorme de energia, poluição, é uma questão socioambiental.

Do mesmo modo vejo a questão do Parque Augusta dessa forma. As pessoas querem conviver, trocar experiências, difundir cultura, difundir a tolerância e como queremos uma sociedade mais equilibrada se não temos espaço público para conviver?

Então fiz uma lista em que elenquei 12 itens que fazem o Parque Augusta ser uma prioridade. Vou repetir o que já foi falado para algumas pessoas, mas acho que vale a pena, o índice de área verde na área central é um décimo do mínimo sugerido pela OMS, o que já é considerado baixo por muitos especialistas. A questão da impermeabilização excessiva do solo na Cidade que acarreta sobrecarga no sistema de drenagem pluvial e todos os problemas que sabemos.

A presença de mata atlântica protegida no terreno que é uma oportunidade única de fazer com que a população entre em contato direto com isso. Se houver um empreendimento é costume fazer um subsolo muito profundo e isso pode desviar o lençol freático da região que pode, inclusive, deixar de suprir todo o abastecimento de nutrientes e água da vegetação que é protegida por lei e tombada. E se isso acontecer, em cima de quem vamos cair matando? Em cima de quem está no poder e não fez nada.

É a última área verde e permeável do Centro e na região há um excesso de lançamento de empreendimentos, mais de 40, com muitas vagas de carros e quando todos esses empreendimentos saírem, a região vai ficar superlotada de carros e vai ficar inviável. Imaginem se houver mais esse empreendimento.

A facilidade de acesso ao parque que fica ao lado do corredor da Consolação e da futura estação de Metrô Mackenzie-Higienópolis. Então é um parque que poderá ser usado por toda a população de São Paulo.

Estava no plano diretor e essa falta de continuidade não pode haver entre gestões de partidos diferentes. Esse é um dos maiores problemas da política brasileira.

A população já utiliza o parque há muito tempo. Isso faz parte de uma ação simbólica contra a atuação livre e desenfreada do mercado imobiliário que faz o que quer com a Cidade em detrimento da qualidade, da sociedade e para aumentar o lucro de pouca gente.

É uma prioridade porque chegamos a uma encruzilhada, essa área agora ou vira privada ou vira pública, não tem mais o que adiar.

O mais importante é que a população não vai permitir a construção no local. Vamos nos reunir e vamos causar bastante no ano que vem se tivermos a notícia que esse empreendimento vai sair. E ano que vem é eleitoral, vai ser uma confusão, e a gente não vai deixar isso barato.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vamos fazer algumas considerações. Marcelo, esta é a sexta audiência regional. Fizemos na Sul, na Leste, na Sudeste. Faltam duas: Jaçanã, zona Norte; outra na Leste 2. Por que a Câmara Municipal de São Paulo resolveu fazer audiências públicas? E já falei disso na outra reunião. A Prefeitura - no primeiro e segundo semestres, realizou audiências públicas para discutir o Plano de Metas. No primeiro encontro, mais de seis mil pessoas participaram na cidade. No segundo, foram três mil pessoas. A partir desses encontros foram se construindo prioridades, as quais se transformaram no Orçamento. Teoricamente, não estamos discutindo do nada, mas a partir de debates, de demandas da sociedade.

Naquele dia, perguntei: quem participou das discussões? Alguns participaram. O subprefeito me disse que teve uma devolutiva do Plano de Metas. Tenho certeza de que alguns estavam presentes, quem estava? (Pausa) Laerte. Teve alguém que foi? (Pausa) Não, só quero saber, não estou culpando de não ter. A minha pergunta é saber se alguém foi porque, na reunião passada, a impressão que tenho é que a partir deste ano começamos com um espaço permanente de debate para ouvir as pessoas. Vou lhes dizer, e é coisa que não vi nos oito últimos anos, das reuniões nas subprefeituras, dos debates. A Câmara sempre teve como praxe esse tipo de debate. Para que fazemos isso? Respondo que não é encenação, pois a partir dos debates dialogamos com a Câmara, com o Executivo para tentar fazer com que haja algumas interações.

Vou lhes dizer que em todas as subprefeituras a reclamação foi: precisamos de mais recursos para dar conta das nossas demandas. Não ouvi o Subprefeito da Sé, mas vai falar o mesmo. Vamos tentar então ver, a partir do debate no Legislativo, fazer as alterações.

Uma segunda questão que, na reunião passada, foi levantada, mas eu não tratei é que todos os órgãos da Prefeitura, as Secretarias, têm dotações e algumas são carimbadas. Para Educação, por exemplo, são 31%. A Prefeitura tem de destinar esse percentual, se não, o Prefeito pode ser julgado e se torna inelegível. Para a Saúde são 15%, mas a Prefeitura de

São Paulo gasta hoje mais de 18%, 18,13% se eu não estiver enganado. E são verbas carimbadas, verbas para dívidas, para precatórios e assim por diante.

No caso da Câmara Municipal de São Paulo, ela tem um recurso institucional, que é repassado a ela. O valor do Orçamento deste ano é de 1,06%. Com esses recursos a Câmara decidirá quais são as coisas que vão fazer. Não sei se alguém conhece o estacionamento aqui, ao lado, da EMURB. Não sei se já entraram lá. Deixo então um convite a vocês porque é uma baita área, que pode servir de estacionamento ou retirar carros de circulação, e uma parte é impossível de ser utilizada, estão proibidas, pois podem desabar. Todos sabem que aqui passa um córrego. Não estou aqui fazendo a defesa de um contra o outro, estou dizendo que há recursos destinados a determinados órgãos que precisam ser utilizados da melhor forma possível.

Concordo com quem disse o Presidente do Conseg, de que é preciso fiscalizar. É isso mesmo, o papel é do munícipe e da Câmara, é preciso fiscalizar o uso dos recursos. Acho que é isso que pode fazer com que a gente gaste melhor - tanto no debate sobre a questão da impermeabilização como em relação a todos os outros itens colocados.

Vou passar a palavra ao subprefeito, mas, dos que vieram, há algumas demandas específicas: a questão do meio ambiente, de recursos para essa questão ambiental, o Parque Augusta, que acho que estão claras. Há também a questão da impermeabilização e a questão das fontes. Alguns tópicos eu já anotei. Há outros problemas que já foram registrados, como o da Praça da República e o Polo Roosevelt, algumas questões específicas que foram trazidas. Minha ideia é ouvir o subprefeito e vermos, depois, o encaminhamento a ser dado, para que não saíamos de mais uma reunião tão somente, mas que possamos dar passos que façam com que o Centro possa ser melhor para todos.

Tem a palavra o Subprefeito.

O SR. MAURÍCIO DE GOIS DANTAS - Em primeiro lugar, quero agradecer o convite da Câmara Municipal. Na pessoa do Vereador Paulo Fiorilo, cumprimento os demais

Vereadores que estão na Mesa nesta audiência pública. Agradeço também a presença de todos.

Creio nunca ter visto um espaço tão permanente de diálogo com a sociedade quanto o criado por este governo. Estive na Câmara Municipal no sábado para a audiência devolutiva sobre as prioridades do Plano de Metas. Estive também, convidado pela Câmara Municipal, na audiência pública sobre o Plano Diretor e a proposta para o Centro. Assim, esses espaços são fundamentais para que escutemos a população e reorganizemos nossas prioridades. Os espaços participativos são importantes para que consigamos elencar as prioridades de acordo com as possibilidades que temos.

Endosso o que disse o Vereador Paulo Fiorilo. Os subprefeitos - e não somente eu - obviamente têm uma demanda represada muito grande em cada uma das regiões. É claro que, na análise dos problemas do território, faz-se um cálculo orçamentário, que é um cálculo que achamos que é capaz de atender à demanda. Agora, não necessariamente esse cálculo é possível de ser liberado. O orçamento público tem características parecidas com as do orçamento privado: ele teto, regras de utilização e limites.

Estou dizendo isso para vocês de maneira muito franca. Obviamente, nós - não só as subprefeituras, mas todas as Secretarias, inclusive a Câmara, enfim, todos os entes públicos - gostaríamos de trabalhar com um orçamento muito maior do que o disponível hoje. Isso é para deixar claro as nossas limitações.

Vou passar alguns pontos que nós inclusive já discutimos em outras oportunidades. A primeira coisa que eu queria destacar é a Praça da República. Nós revitalizamos a Praça Júlio de Mesquita - com a fonte, com a base da Guarda. Revitalizamos também o Parque Dom Pedro. Encontramos o Parque Dom Pedro em uma situação precária; ele havia virado um depósito de entulho, e nós mudamos esse importante parque da região central de São Paulo. Então, estamos cuidando dos parques públicos da área central.

Por que estamos fazendo isso? Porque os parques e as praças são os espaços comuns de convivência, espaços onde deve existir uma existência democrática, e o Poder Público tem obrigação de zelar por eles.

Estou dizendo isso para anunciar a vocês que a próxima área onde a Subprefeitura da Sé irá realizar a manutenção - assim como fez no Largo do Arouche, e convido vocês a visitarem o Largo, que teve sua face mudada - é a Praça da República.

A Praça da República está numa situação que não é digna de uma das praças mais importantes da nossa cidade. Todo o mundo tem conhecimento de como está o coreto e a situação da manutenção. Não vamos gastar um tostão a mais do orçamento da Subprefeitura da Sé para zelar pela praça. É uma questão de prioridade, porque, desde que assumimos a gestão, a Praça da República é uma prioridade para a Subprefeitura da Sé, e agora conseguimos o recurso dentro do previsto para revitalizar o coreto e revitalizar o paisagismo e o espaço da praça.

Aproveito a oportunidade para falar da Praça Roosevelt, que também sempre esteve em questão, porque parecia que era a única praça existente do centro de São Paulo, já que todos os conflitos pareciam acontecer nela, a ponto de termos o conflito, no início da gestão, com uma autoridade pública, um guarda civil metropolitano, e um frequentador da praça, um skatista. Acreditamos que problemas dessa ordem, ou seja, de convivência ou de intolerância, resolveremos com diálogo e ação. Por isso, vamos implementar o conselho gestor da Praça Roosevelt, que contará com a participação de seis órgãos do Poder Público e seis representações da sociedade civil. A portaria saiu esses dias e vamos fazer um processo eleitoral para que possamos debater com a sociedade a gestão da praça.

O norte que estamos apontando não é só de escuta, mas de realização. Escutaremos as prioridades, as elencaremos e as implementaremos na gestão da Cidade. Isso vamos fazer na Praça Roosevelt e já está sendo feito em outras praças.

Sobre o Parque Augusta, não é a primeira vez que aparece como prioridade. Em todo o debate que participo no centro, as pessoas entendem que aquela área é importante para a região. Essa, então, é uma questão que tem que ser analisada pelo conjunto do governo antes de darmos uma resposta. Há um problema histórico: uma DUP que caducou, que nunca foi honrada pelo Poder Público, que fez referência à intenção de transformar aquele parque e nunca implementou isso no orçamento. Hoje, para o governo, o fato consumado é que o parque nunca foi pago para ser implementado devidamente e hoje ele tem um orçamento elevado, que compete com outras prioridades e com a limitação de recurso que temos. Objetivamente é isso que acontece em relação ao Parque Augusta.

Sobre a população em situação de rua, quero fazer um parêntese importante. No centro de São Paulo, a presença dessa população não é novidade, não estamos lidando com um fato novo. Acreditamos que tem que haver uma rede de abrigo, de acolhimento para essas pessoas viverem nessa região de uma forma digna, assim como vive qualquer outro cidadão da área central. É uma questão social grave e hoje importante, porque gera intolerância de certos segmentos. Por isso temos que enfrentar o problema da melhor forma possível. Como se enfrenta o problema da população em situação de rua? Com política social. A população em situação de rua não é um problema de segurança pública, é um problema social, um problema muito sensível, de reflexão. A gente acredita que tem que ter ampliação de rede para essas pessoas e a gente não vai permitir, de forma alguma, que no território essa população seja vítima de qualquer tipo de intolerância. É uma premissa importante de que a gente parte, no nosso governo da região central.

Eu vou passar para o Felipe, Vereador, porque ele pode dizer para a gente um pouco do que está previsto como projeto de requalificação da área central. O Centro vai ter alguns espaços importantes e significativos requalificados. O Centro tem uma carência de requalificação histórica e represada. A gente já planejou a requalificação e inclusive apontou isso no Orçamento.

Moram por vota de 430 mil pessoas na região central. Esse é o último dado objetivo que a gente tem. Circulam por volta de 2,5 milhões de pessoas. O problema da região central, que é uma característica diferente das outras regiões da Cidade, é que não necessariamente as pessoas zelam pelo espaço em que elas só passam. A tendência das pessoas é zelar pelo espaço que elas habitam, onde elas convivem, onde elas moram. O Centro está precisando de mais cuidado não só das poucas pessoas que moram, em relação às pessoas que passam. Isso não significa que o centro da Cidade não possa abrigar mais moradores. A gente acha que o Centro deve abrigar mais moradores e que esses moradores devem ajudar a zelar pelo espaço que eles habitam igual às pessoas que têm a mesma responsabilidade quando utilizam um equipamento do Centro, quando vão à praça de atendimento da Subprefeitura. A praça de atendimento da Subprefeitura tem demanda da Cidade inteira, não só da região central. Então o Centro é um espaço de habitação, tem espaço para mais gente morar e tem espaço para mais infraestrutura e para mais gente passar e conviver de forma pacífica e democrática.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigado, Subprefeito.

Quero anunciar a presença do Vereador Ricardo Nunes, membro da Comissão de Finanças - obrigado pela presença -, e do Vereador José Police Neto, membro da Comissão de Política Urbana e que tem discutido o Plano Diretor pela Cidade toda; ontem acho que foi no M'Boi Mirim.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não sei. Posso até olhar. Mas você conhece o M'Boi Mirim? Você já foi lá?

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - A situação do M'Boi Mirim deve ser dez vezes pior do que do centro da Cidade.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Desculpe por fazer essa comparação com o M'Boi Mirim. Eu não sou de lá, o Alfredinho e o Ricardo conhecem de perto. Você fazer comparação do Centro com o M'Boi Mirim... É uma situação que não tem como comparar. A situação do M'Boi Mirim é drástica, as pessoas vivem em situação de risco.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Eu estou falando porque conheço, como outros vereadores que estão aqui. Acho que não dá para fazer essa comparação, senão a gente cai numa coisa que é ruim. É uma situação de risco, pior, que precisa ser tratada pelo poder público com outro olhar. Eu vou pedir só o comparativo para dar o orçamento das subprefeituras, para não ter problema.

Vou passar para o Felipe, por três minutos, para falar das intervenções no Centro, aí a gente vê como encaminha.

O SR. FELIPE - Boa noite. Meu nome é Felipe, sou assessor da Secretaria de Planejamento. Não vou falar de requalificação do Centro porque não tenho detalhes sobre isso. Vou fazer uma fala geral sobre o programa de metas - recebi uma coisa que foi distribuída aqui - só para esclarecer para as pessoas que receberam que isso não é o programa de metas inteiro. Foi feita uma seleção. O programa de metas inteiro tem 123 metas, várias delas na área ambiental, de meio ambiente, que está dentro do segundo eixo temático.

O programa de metas também é dividido em cinco articulações territoriais que orientam no território as prioridades definidas pelo programa de metas, as prioridades de investimento do governo. Uma das cinco articulações territoriais é justamente a requalificação da área central da Cidade. Isso já demonstra como a recuperação do Centro é uma das grandes prioridades do governo.

Outra questão importante de pontuar é o esforço que a gente fez neste ano de elaborar o programa de metas de forma participativa e integrá-lo aos outros instrumentos de planejamento e orçamento, em especial o plano plurianual e a lei orçamentária, e regionalizar

os investimentos. Tudo isso que vocês estão vendo, que está prevista tal coisa ou não está prevista tal coisa, vocês só sabem disso porque a gente fez um esforço grande, o que não acontecia até o orçamento deste ano, de pedir para todas as secretarias regionalizarem os seus investimentos.

Isso é um esforço de transparência do governo, de colocar de forma mais clara para a população quais são as prioridades e para onde estão previstos os investimentos de cada secretaria. A gente tem plena noção de que isso é um risco, do ponto de vista de que isso também deixa muito claro quais são os limites do orçamento que a gente tem. É claro que quando se explicitam os limites e o que vai ser priorizado dentro desses limites, todo mundo vai olhar e falar: “Ah, mas isso aqui não é suficiente”, e vai aumentar a cobrança por parte da população em cima do poder público. A gente acha isso positivo, porque aumentar a transparência do plano plurianual, do planejamento, do orçamento da Cidade vai dar mais recursos inclusive para que a população nos pressione e nos ajude a corrigir eventuais problemas.

Então as questões foram colocadas, foram parcialmente respondidas, anotadas e a gente vai ver o que pode ser, mas era importante pontuar esse esforço de transparência. De fato, há uma diretriz de priorização das regiões que mais necessitam. M’Boi Mirim tem que ter mais investimentos do que o Centro.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Mas não tem.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Só para o Felipe concluir, senão a gente...

O SR. FELIPE - Já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Rafael, só para concluir esse debate, deixe passar um dado. O orçamento da Subprefeitura da Sé, você deve ter olhado, é R\$ 64.170.133,00...

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não. Estou falando do orçamento de 2014, o orçamento do ano que vem que vai ser aprovado. Da Sé é de R\$ 64.170.133,00.

O orçamento do M'Boi Mirim é 36 milhões, 327 mil; um pouco mais da metade que o da Sé.

- Falas fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Apenas para concluir. A questão que foi levantada é que a Subprefeitura do M'Boi Mirim tem mais recursos que a da Sé. O que estou fazendo é que, na comparação orçamentária de 2014 nas duas subprefeituras, a do M'Boi Mirim tem menos que a da Sé. E com uma diferença colocada pelo Vereador Neto. Na questão dos investimentos você pode ter - porque aqui você tem uma infraestrutura consolidada - mais investimentos necessários para aquela região. Mas não dá para fazer essa comparação; foi isso o que eu quis dizer.

Tem a palavra o nobre Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO - Vou me ater ao Plano Plurianual por uma questão que acho deve nos reunir cada vez mais. Estamos discutindo o Plano Diretor da Cidade, que não anuncia nenhuma inovação para a região central. Inclusive, ele a isola, porque a região central tem um perímetro dentro de uma operação urbana. Faz duas ou três alterações nessa operação urbana, dentro do próprio projeto que nos traz mais dúvidas do que certezas. Mas o Plano Plurianual também não anuncia nenhuma inovação para a região central.

Se é verdade que Plano Diretor, Plano Plurianual e Orçamento anual apontam para algo, esse algo para a região central ninguém sabe onde é ainda. Isso porque não se sabe o que se fará com a operação urbana e, portanto, não se sabe que dinheiro acessório se pode ter para não concorrer com dinheiro orçamentário de outras regiões. Não se sabe o que irá acontecer no Plano Diretor, porque neste nem os corredores que chegam no centro foram

desenhados para dentro do centro; então, nem isso se tem. Portanto, o centro carece, neste momento, de tudo.

Essa, talvez, seja a maior preocupação que deve nos reunir. Deve nos reunir no debate do Plano Diretor. Deve ter uma consequência do que é receita a partir de uma hipotética operação urbana rediscutida com a sociedade, e que possa enfrentar alguns desafios como a implantação de barreiras antirruído nas janelas daqueles que desde a década dos 60 estão com o Minhocão. Ou outras alternativas que não sejam só isso.

Na verdade, estamos falando de algo que é de todos. O bom do centro é que ele é o espaço de todos e, por isso, sempre deve se oferecer melhor para todos os outros e não só para nós. (Palmas) É quase a sala de nossa casa. O quarto pode até estar bagunçado, mas queremos deixá-la arrumada para receber as pessoas.

Desejo muito sucesso ao Sub. Tenho visto o esforço, que é real, que ele tem feito. Quero desejar sorte para o nosso relator, pois será da sensibilidade de S.Exa. a partir do que ouvir de vocês que poderemos mais acertar do que errar.

Quero pedir para a Secretaria, a partir do assessor que nos acompanha, que cumpram pelo menos 5% das emendas parlamentares. Não precisa ser mais do que isso. Eu vou conseguir este ano - e sou um Vereador “pouco trabalhador” - cumprir menos de 1% de minhas emendas. Todas eram emendas que apontavam para a capacidade de governança. Colocamos 500 mil reais para planos preliminares dos planos de bairros; inclusive um na Sub Sé. Não saiu do papel. Nem satisfação foi dada ao ofício encaminhado em janeiro. E essa não é uma questão de eu ter tido uma ausência de resposta burocrática, não! Faltou inclusive respeito a mandatos que se dedicam à Cidade. Então, o que posso pedir à Secretaria é para que seja dado cumprimento à lei. Cem mil reais não faria falta, mas vai fazer muita falta não ter discutido com a comunidade o plano de bairro.

Enfim, continuamos acreditando no governo que, democraticamente, quer discutir com a sociedade. Para isso, há que se fazer cumprir a lei que a sociedade aprova neste

Parlamento. No caso das emendas que oferecemos, nenhuma delas com mais de 150 mil reais. O governo não teve menos receita do que estava programado, portanto nem isso pode ser aqui utilizado como escudo. Assim, a Secretaria cumpra algo que, minimamente, está na lei. Ao nosso Subprefeito, muita sorte, mas também uma dosezinha de respeito àqueles que lhe encaminham documentos na certeza de que estamos podendo ajudar, e não atrapalhar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Como relator do Orçamento de 2014, vou cobrar as emendas de 2013 dos Vereadores, inclusive as emendas do Vereador José Police Neto e as deste Vereador - todas -, para que tenhamos respostas objetivas, pelo menos até o final do exercício deste ano. Estou me colocando à disposição.

Tenho uma sugestão. Na reunião passada, pedimos para as pessoas encaminharem por escrito as sugestões de emendas, ou registrarem no *site*. Nós disponibilizamos o *site* para isso.

Estes serão os passos daqui para frente: na semana que vem, na segunda-feira, votaremos o primeiro relatório. Na terça-feira, o Plenário deverá votar, em primeira votação, o Orçamento. A partir daí, abriremos duas sessões para emendas: na quarta e na quinta. Depois, voltaremos com outra audiência pública geral, com Planejamento e Finanças, e até o dia 17 de dezembro deveremos votar em segunda.

Sobre as propostas encaminhadas nesse período, estamos tentando dialogar com Sempla e com a Câmara Municipal para ver o que é possível. Dei o exemplo das subprefeituras. Vamos tentar remanejar recursos para as subprefeituras, para que haja mais recursos para as ações necessárias - para o cuidado com praças, fontes *etc.* -, que são o plano de ação de bairros das subprefeituras.

Sugiro o seguinte: quem não deixou sugestões, que o faça. Alguns já fizeram. Proponho também o seguinte ao Subprefeito: estamos no primeiro ano da gestão, que tem também sido utilizado para os debates sobre o orçamento e o PPA. Se houver concordância,

sugiro que se faça ainda neste ano uma audiência na Subprefeitura da Sé para que vocês pudessem ter esse diálogo permanentemente aberto, até para tentar acertar os passos que precisar sem dados.

Há várias propostas feitas que são pertinentes e exequíveis e que poderiam ser incorporadas, alteradas no PPA, nas mudanças que serão feitas. Em relação a algumas, o Subprefeito já disse que haverá ação, como o da República, que foi encaminhado; mas penso que esse diálogo é necessário até para que, mais do que o diálogo, a Subprefeitura e o Poder Público possam informar vocês sobre o que será feito, sobre o que não poderá ser feito agora e sobre o que será feito ao longo dos anos.

Deixo essa sugestão e peço àqueles que não fizeram os encaminhamentos, que o façam para que possamos ter o todo. Não há milagre. Termino dizendo que temos um Orçamento de 50,7 bilhões, que será reduzido em 150 milhões porque a proposta encaminhada continha uma expectativa de arrecadação do IPTU, mas que terá de ser revista. Isso significará mexer em Secretarias como Saúde e Educação, aquelas que têm orçamento carimbado, como eu disse.

Continuaremos esse debate até a segunda votação para ver o que é possível mudar. Estamos assumindo publicamente o compromisso de repassar um pouco mais de recurso para a Subprefeitura da Sé. Não sei dizer exatamente o valor, mas pelo menos para manutenção de vias e ações do Centro e de bairro. Esse é um compromisso que assumo publicamente e nós vamos dar um jeito de fazer, *okay?*

A proposta é reunião e gostaria de propor ao Subprefeito para ver se tem acordo.

O SR. MAURÍCIO DE GOIS DANTAS - Tem acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Então, já deixo acordado. Estamos chegando em dezembro e gostaria de sugerir, talvez antes do dia 20, uma reunião na Subprefeitura. Coloco-me à disposição, se eu puder ir ou outros vereadores que atuam no Centro para continuarmos esse debate.

Há a questão do Parque Augusta e as outras questões levantadas aqui, que precisam ser tratadas da forma adequada, até para não ter ruído e podermos construir coletivamente.

Gostaria de propor ao Subprefeito se pudesse indicar uma data para que as pessoas saiam com uma referência dessa reunião.

O SR. MAURICIO DE GOIS DANTAS - Dezembro tem Natal, Ano Novo. Pois não.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Você não direcionou nada? Farei uma sugestão. Vi que você fez um levantamento e tenho concordância com uma tese, que é essa questão da infraestrutura. Sugiro para que depois se pudesse marcar uma conversa específica, pois valeria a pena um diálogo com Sempla com as demandas que vocês trouxeram. Vou pedir para o Felipe falar com você para marcar, *okay?*

O SR. ARTUR - Vereador, deixa só eu consultar. Na semana do dia 16 a 20 de dezembro, para a Câmara, qual é o dia da semana melhor para vocês?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - O Orçamento tem de ser votado até o dia 17. Então, as outras datas não teriam problema. Só queria que você deixasse uma referência.

O SR. ARTUR - Vamos deixar o dia 19 como referência?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Dezenove de dezembro lá na Subprefeitura da Sé. Que horário?

O SR. ARTUR - Vocês preferem final de tarde? Durante a tarde?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Vamos só fechar isso aqui? O Artur levanta a questão por um minuto.

O SR. ARTUR - Pode ser 18 horas?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não, não. A gente vai receber as propostas de vocês para tentar ver o que conseguimos. Já comprometi de ter mais recursos na Subprefeitura para ajudar. Têm outras coisas que a gente vai avaliar. A questão do Parque é de recurso, apesar de falarem como São Paulo não tem recurso. Tem, mas é que você tem de tirar de um lugar e pôr em outro. Não tem jeito. Vamos tirar da Praça da República e pôr no Parque Augusta ou vamos tentar construir caminhos. Então, é isso o que estou falando.

Qual é a ideia do dia 19? Que a gente mantenha esse diálogo com a Subprefeitura, até para ter uma devolutiva e continuar o debate para poder avançar. Não vamos terminar aqui. Temos mais vários orçamentos pela frente. Artur, tudo bem? Dezenove de dezembro às 18 horas na Subprefeitura da Sé?

A SRA. ANABELA ANDRADE - Com licença, eu preciso falar. Vocês desapropriaram a Luz com valores ínfimos. Por que o Parque Augusta está essa celeuma para desapropriação?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Mas desapropriou a Luz?

A SRA. ANABELA ANDRADE - Nossa, 45 quadras. O senhor não sabe disso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não, não. Você está falando da proposta que foi feita lá atrás da Nova Luz?

A SRA. ANABELA ANDRADE - Da Nova Luz. Então, por que não desapropria o Parque Augusta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Mas não foi desapropriado.

A SRA. ANABELA ANDRADE - Então, tem que desapropriar, mas não pelo valor que o cara quer. Ele quer 60 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não, mas a Nova Luz não foi desapropriada.

A SRA. ANABELA ANDRADE - Querido, hoje eu vi as cartas sendo recebidas. Eu trabalho lá com catador. Eles estão recebendo as cartas de desapropriação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não é a PPA da Habitação?

O SR._____ - Vereador, algumas áreas da Luz foram desapropriadas pelo Governo do Estado para a Casa Paulista para construir moradia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - É a PPA da Habitação, é isso o que estou falando.

O SR._____ - Não foi a Prefeitura, é o PPA da Habitação.

A SRA. ANABELA ANDRADE - Tá, não foi a Prefeitura. Então, qual é a diferença do nosso bolso para o Estado ou para o Município?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - São ações diferentes.

A SRA. ANABELA ANDRADE - Ótimo, então vamos fazer assim. Ações diferentes, eu sou da área de meio ambiente, formada pela Fundação Getúlio Vargas e a gente não está mais respirando no Centro de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (PAULO FIORILO) - Não, eu entendi, desculpe, seu nome é...

A SRA. ANABELA ANDRADE - Anabela Andrade, sou da Consolação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Anabela, eu entendi. É que quando você faz uma referência à Luz com relação à desapropriação estou dizendo que é uma ação diferente.

A SRA. ANABELA ANDRADE - Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - É da habitação do Estado. (segue Rod. 20)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - É da habitação do Estado. O que estamos discutindo em relação ao parque é a DUP que foi feita, se havia recurso ou não e como é que resolve.

A SRA. ANABELA ANDRADE - Eu sei. Eu participei de todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Por isso que estou falando que são discussões distintas. Não dá para colocar tudo junto, e falar que desapropriou. Não desapropriou.

A SRA. ANABELA ANDRADE - Não desapropriou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Não, lá na Luz, só isso que estou te falando. É uma ação do Estado para desapropriação.

O que estou sugerindo ao parque Augusta. Esse debate não acaba aqui. Até porque precisa ser ampliado, é necessário rediscutir recurso, se faz outra DUP, se não faz por que a DUP já caducou e, assim, por diante.

Estou sugerindo que nessa reunião possa ter continuidade esse debate. Inclusive para discutirmos com a Secretaria do Verde, trouxemos até o pessoal da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para tratar não só do Augusta, mas para discutir outros como, por exemplo, pessoal da Vila Ema trouxe um debate a respeito do parque da Vila Ema. É um problema ali da região que já tem uma área e poderia virar parque e, assim, por diante.

O que sugiro é que possamos fazer esse debate ser permanente e com continuidade. Se for o caso, inclusive, trazendo outros entes da Prefeitura. E se precisar do Estado. Está claro?

A SRA. ANABELA ANDRADE - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Sr. Artur, um minuto, para que coloque uma questão ao Sr. Fillipi.

O SR. ARTUR - Antes de mais nada, só vou falar que reurbanizar, para mim, a região central, é sair de casa com segurança e chegar com dignidade.

Enquanto isso não for colocado como reurbanização, isso para mim não é reurbanização.

Outra coisa: a parte do Paulo que mencionou a verba para a obra ser de 150 milhões, porém existe uma verba que não está detalhada no Orçamento. Quem pegar o Orçamento, vai ver que a verba 3014 - ação 3014 - não foi detalhada. Trata-se de “processo legislativo e controle externo”, e está no valor de 148 milhões.

Portanto, tem verba sim, basta a Câmara querer destinar a verba dela para a obra do parque Augusta. Simplesmente isso, acabou. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Agradeço ao Artur.

Temos compromisso com o Subprefeito em reunião dia 19, às 18h. Quem desejar acompanhar o processo, são nessas datas que dei.

Na segunda-feira que vem vai haver a votação do primeiro relatório. Na terça, a Câmara vota o primeiro. Abrimos para as emendas. E, na outra semana, possivelmente, terça da semana seguinte - dia 10 - teremos uma audiência pública com as secretarias. No dia 17, devemos votar em segunda discussão.

Você queria colocar uma questão? (Pausa) A última para podermos encerrar. Sra. Marília, por favor.

A SRA. MARILIA - Gostaria só de lembrar o seguinte: desde novembro de 2011 existe a lei de acesso à informação. Sem dúvida, a postura de vocês facilita demais. Esse diálogo é algo que tem de ter, pois, a partir do momento que temos acesso e conversamos com os Vereadores, eu mesma passei a ver com outros olhos. Isso é muito importante. Portanto, precisamos do apoio de vocês.

E isso nos dá a liberdade de dizer: existe uma forma de mexer na utilização da verba. Foi mencionada a dificuldade do planejamento e a limitação de se seguir a utilização da verba, assim como que existem mecanismos para você dispor da verba.

Só que vejo dentro de algumas secretarias esse dinheiro sendo remanejado, com restrições por lei, mas que foram mudadas as leis. Portanto, existe possibilidade de alterar, por decreto, as leis para utilização de verbas.

Acho que isso poderia ser feito e penso que poderíamos ter uma forma de atender as necessidades de um centro que é, sem dúvida, a casa, a sala de visitas da nossa cidade, de uma maneira melhor. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Obrigada Sra. Marília.

Quero agradecer a presença de todos e dizer que a Câmara Municipal se coloca à disposição para esse debate. Boa noite a todos.

Estão encerrados os trabalhos.